



Superior Tribunal  
Militar

**2º SIMULADO ESPECIAL**

**STM**

Técnico Judiciário  
Área Administrativa  
Pós-Edital

# Simulado

2º Simulado Especial STM (Técnico Judiciário - Área Administrativa)

Nome: \_\_\_\_\_

## INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Técnico Judiciário - Área Administrativa do STM**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

## PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/TXHzCgTs2zpummwx5>

01 - CE	16 - CE	31 - CE	46 - CE	61 - CE	76 - CE	91 - CE	106 - CE
02 - CE	17 - CE	32 - CE	47 - CE	62 - CE	77 - CE	92 - CE	107 - CE
03 - CE	18 - CE	33 - CE	48 - CE	63 - CE	78 - CE	93 - CE	108 - CE
04 - CE	19 - CE	34 - CE	49 - CE	64 - CE	79 - CE	94 - CE	109 - CE
05 - CE	20 - CE	35 - CE	50 - CE	65 - CE	80 - CE	95 - CE	110 - CE
06 - CE	21 - CE	36 - CE	51 - CE	66 - CE	81 - CE	96 - CE	111 - CE
07 - CE	22 - CE	37 - CE	52 - CE	67 - CE	82 - CE	97 - CE	112 - CE
08 - CE	23 - CE	38 - CE	53 - CE	68 - CE	83 - CE	98 - CE	113 - CE
09 - CE	24 - CE	39 - CE	54 - CE	69 - CE	84 - CE	99 - CE	114 - CE
10 - CE	25 - CE	40 - CE	55 - CE	70 - CE	85 - CE	100 - CE	115 - CE
11 - CE	26 - CE	41 - CE	56 - CE	71 - CE	86 - CE	101 - CE	116 - CE
12 - CE	27 - CE	42 - CE	57 - CE	72 - CE	87 - CE	102 - CE	117 - CE
13 - CE	28 - CE	43 - CE	58 - CE	73 - CE	88 - CE	103 - CE	118 - CE
14 - CE	29 - CE	44 - CE	59 - CE	74 - CE	89 - CE	104 - CE	119 - CE
15 - CE	30 - CE	45 - CE	60 - CE	75 - CE	90 - CE	105 - CE	120 - CE

## SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/jVK2>

**CONHECIMENTOS GERAIS****LÍNGUA PORTUGUESA***Luiz Felipe***TEXTO**

O time mais robusto de cientistas do mundo, o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC, em inglês), divulgou, nesta segunda-feira, um novo relatório sobre o caminho para limitar o aquecimento global a 1,5 grau e assim cumprir o histórico Acordo de Paris. É uma tarefa que envolve escolhas difíceis e urgentes, e só poderá ser alcançada se não perdermos mais tempo. Para líderes políticos e corporativos, a mensagem é clara: “Ajam agora!”.

Atualmente, já enfrentamos 1° C de aquecimento. Para os cientistas da ONU, que revisaram mais de 6 mil estudos, estamos muito próximos de atingir 1,5° C e até mesmo chegar a 2° C de aquecimento já na primeira metade deste século, ou seja, daqui a apenas trinta anos. Esse é o nível mínimo seguro para a forma como vivemos no planeta. A solução possível, diz o relatório, é reduzir pela metade até 2030 a emissão de gases que esquentam o planeta, para então zerá-la em 2050, além de absorver parte do carbono que já está na atmosfera. Nesse caminho, não bastam apenas novas tecnologias e energia limpa – as florestas também terão papel fundamental.

O estrategista internacional de Florestas do Greenpeace, Paulo Adário, diz que “no cenário traçado pelo IPCC, o futuro da humanidade depende não apenas de eliminarmos os combustíveis fósseis, como carvão e petróleo, e zerar o desmatamento em escala mundial para reduzir as emissões, mas também proteger florestas, savanas e outras formas de vegetação natural para capturar o excesso de CO<sub>2</sub> que já está na atmosfera e o que ainda será emitido na fase de transição para uma economia neutra em carbono”. Para ele, a melhor e mais aceitável forma de fazer isso é adotar, em escala global, um ambicioso programa de restauração das florestas degradadas, “afinal, as árvores são ‘usinas’ naturais de captação de carbono desenvolvidas e testadas há milhões de anos”, afirma.

No Brasil, líderes políticos e empresariais têm o dever de ampliar os compromissos já assumidos com a comunidade global e adotar as medidas necessárias para

nos proteger dos impactos que já estão sendo sentidos, como secas severas prolongadas e tempestades com força recorde. “Além de acelerar a transição para uma matriz energética 100% limpa e renovável, o país tem o desafio de revolucionar o setor agropecuário — que responde por cerca de 70% das emissões brasileiras — e trazê-lo para um patamar sustentável”, afirma.

2° C de aquecimento global é muito mais perigoso do que se pensava quando o Acordo de Paris foi assinado, em 2015. Estamos mais perto de pontos críticos de ruptura dos ecossistemas e outros riscos importantes do que pensávamos. Limitar o aquecimento a 1,5° C em vez de 2° C faria uma enorme diferença para a vida nos oceanos e na Terra. Protegeria centenas de milhões de pessoas de frequentes ondas extremas de calor, reduziria pela metade a proporção de populações que sofrem com a escassez de água e ajudaria a atingir metas de desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza.

Limitar o aquecimento a 1,5° C ou menos é um desafio, mas ainda é possível, se formos rápidos, ousados e afortunados, e acelerarmos nossa ação em todas as frentes agora. Os próximos anos são críticos para o mundo embarcar em um caminho de transformação que reduza as emissões de gases de efeito estufa e aumente as florestas em direção a uma economia neutra em carbono. Com as atuais metas climáticas dos países para 2030, não teríamos chance. Então elas devem ser melhoradas.

(Por Rodrigo Gerhardt, 2018 — Disponível em [www.greenpeace.org/brasil](http://www.greenpeace.org/brasil). Adaptado)

**Com base nas informações do texto, julgue os itens a seguir.**

1. De acordo com o texto, o controle do aquecimento global está principalmente na redução de gases do efeito estufa.
2. De acordo com a comunidade científica, o aquecimento global é inevitável.
3. Segundo o texto, somente agora a comunidade científica reconheceu o perigo do aquecimento em 2° C.

4. Depreende-se que a maior parte da emissão de gases poluentes no mundo provém do setor agropecuário.
5. Segundo o texto, os dados recentemente divulgados resultaram de pesquisa norte-americana.
6. Nesse texto, o autor opina com base em argumentos factuais.
7. O autor do texto limita-se a abordar o assunto com imparcialidade.

**Com base em seus conhecimentos linguísticos, julgue os itens a seguir.**

8. Os sentidos e a correção gramatical do trecho “Tudo deveria estar ligado a sintomas” seriam preservados caso fosse reescrito da seguinte forma: **Tudo deveria estar relacionado à sintomas.**
9. No trecho “A verdade do que se dissera”, a anteposição da partícula “se” ao verbo justifica-se pela presença do vocábulo “que”.
10. No trecho “Todos querem, principalmente, que as oportunidades sejam mais iguais”, a segunda vírgula tem a finalidade de marcar o sentido explicativo da oração iniciada pelo vocábulo “que”.
11. Em “nomes de cantores e equipes premiados”, a substituição de “premiados” por **premiadas** não resultaria em erro gramatical, mas alteraria o sentido, uma vez que a concordância passaria a ser estabelecida com o termo “equipes”.
12. Em “Esse diz respeito a um dos planos de recuperação fiscal implementados na última década”, a substituição do trecho “diz respeito a” por **trata-se de** prejudicaria a correção gramatical.

13. O emprego das vírgulas que isolam o vocábulo ‘portanto’ em “Ele será, portanto, entregue às autoridades” justifica-se pela posição dessa palavra na oração em que se insere.
14. É facultativa a conjugação no singular ou no plural da forma verbal em “ao menos 75% dos entrevistados afirmaram”. Ambas as possibilidades manteriam a correção gramatical.
15. Os sentidos e a correção gramatical do texto seriam preservados caso o trecho “No entanto, nenhum imunizante está disponível para a população” fosse assim reescrito: **Portanto, não há ainda imunizante disponível para a população.**
16. No trecho: “Foram vinte reclamações – em menos de uma hora -, nenhuma delas envolvendo atrasos na entrega”. O vocábulo “delas” remete à expressão “vinte reclamações”.
17. Os termos destacados em “A partida está no fim” (2º parágrafo) e “O jogo acabava ali.” desempenham a mesma função no texto.
18. Em “sê-lo”, “obrigá-los” e “viver”, as formas verbais estão no modo infinitivo.
19. O trecho destacado em “A compreensão de que os homens uniformizados devem ser mais temidos reinava naquele tempo” exerce a função de adjunto adnominal do vocábulo **compreensão**.
20. Sem prejuízo da correção gramatical e da coerência do texto, o período “A economia é tomada como ciência e ponto de partida para diversas análises de cunho social, admitindo sua importância em diferentes esferas da sociedade” poderia ser reescrito da seguinte forma: **Toma-se a economia como ciência e ponto de partida para diversas análises de cunho social, reconhecendo sua importância em diferentes esferas da sociedade.**

**LEI Nº 8.457/1992 E SUAS ALTERAÇÕES***Tiago Zanolla*

- 21.** Após denúncia do Ministério Público Militar, um capitão-de-corveta da Marinha é acusado de peculato em concurso com três terceiros civis. Antes do recebimento da denúncia, ele é promovido a capitão-de-fragata. Considerando que a conduta imputada ocorreu no exercício da função militar a bordo de navio da esquadra em missão internacional, a lei determina que o processo seja julgado por Conselho Especial de Justiça formado por um(a) juiz(a) federal da Justiça Militar, dois oficiais-generais e dois oficiais-superiores sorteados, podendo a sessão ser realizada fora da auditoria-sede se assim deliberar o STM, por motivo de ordem pública ou de interesse da Justiça.
- 22.** Além da Secretaria do STM e das Secretarias das Auditorias, o Ministério Público Militar pode executar Serviços Auxiliares da Justiça Militar sempre que houver disponibilidade orçamentária e autorização do Presidente do Tribunal.
- 23.** A Corregedoria da Justiça Militar — órgão de fiscalização e de orientação jurídico-administrativa — é integrada, obrigatoriamente, por um Ministro-Corregedor, um Juiz-Corregedor Auxiliar, um diretor de Secretaria e pelos servidores constantes do quadro legal; pode, porém, em tempos de Guerra, ser acrescida de segundo Juiz-Corregedor Auxiliar mediante deliberação do Plenário do STM, desde que haja disponibilidade orçamentária.

**REGIMENTO INTERNO***Tiago Zanolla***COM BASE NO REGIMENTO INTERNO DO STM,  
JULGUE OS ITENS A SEGUIR:**

- 24.** Para sanar erro inescusável praticado por juiz federal da Justiça Militar, a correição parcial pode

ser requerida pela parte diretamente ao Superior Tribunal Militar; recebido o requerimento, o juiz militar limitar-se-á a certificar o protocolo e a suspender o curso do processo até que o STM delibere sobre o ato impugnado, sem necessidade de ouvir a parte contrária.

- 25.** O pedido, formulado por autoridade militar, de substituição de juiz-militar que integra Conselho Permanente de Justiça — quando fundado em “relevante interesse da administração militar” — deve ser dirigido diretamente ao Superior Tribunal Militar, onde será autuado e distribuído; antes de submetê-lo ao Plenário, o relator ouvirá o Ministério Público Militar, e somente após decisão plenária a substituição poderá ocorrer, sendo vedado ao juiz federal da Justiça Militar adotar qualquer providência ou intermediar o expediente.
- 26.** A túnica verde-oliva (padrão 5º Z-1) constitui uniforme privativo dos Ministros militares oriundos do Exército e, em consequência, não pode ser utilizada pelos Ministros militares da Marinha ou da Aeronáutica nas sessões do Tribunal.
- 27.** As decisões proferidas em habeas corpus de competência originária do STM integram, ao lado da apelação e da revisão criminal, o rol taxativo de processos passíveis de revisão previsto no art. 14 do RISTM.
- 28.** A Ouvidoria do STM, por se vincular diretamente ao Plenário, pode dialogar com órgãos externos, recomendar mudanças legislativas e celebrar convênios interinstitucionais, desde que as iniciativas sejam previamente aprovadas pelo Plenário ou referendadas por ele, sendo inválido o envio unilateral de relatórios oficiais ao Senado Federal.

29. Caso o Plenário do STM venha a ser dividido em turmas por emenda regimental, caberá ao Conselho de Administração definir a competência de cada turma e a distribuição de Ministros entre elas, respeitado o critério da antiguidade.

Em janeiro de 2025 sobrevieram, quase simultaneamente, **três vagas civis** no STM:

- **Vaga A** — decorrente da aposentadoria compulsória de Ministra civil advogada;
- **Vaga B** — decorrente da renúncia, durante o primeiro biênio de mandato, de Ministro civil membro do Ministério Público Militar (MPM);
- **Vaga C** — decorrente do falecimento de Ministro civil juiz federal da Justiça Militar (JF-JMU).

Para suprir essas vagas, o Presidente da República submeteu ao Senado Federal a seguinte lista tríplice de indicações, acompanhada de justificativa:

Nome	Idade	Profissão	Dados adicionais
1 – Dra. Luciana	42 anos	Advogada	Exercício da profissão e Inscrição na OAB há 12 anos; professora de direito penal militar; pareceres citados em acórdãos do STM.
2 – Dr. Artur	46 anos	Juiz Federal da JMU	18 anos de magistratura; atuou em 6 das 12 Auditorias; mestre em direito constitucional.
3 – Procuradora Fernanda	37 anos	Subprocuradora-Geral do MPM	Ingressou no MPM em 2011; autora de obra sobre jurisdição militar; indicação apoiada por $\frac{2}{3}$ do Conselho Superior do MPM.

O Senado realizou arguição pública em sessão conjunta da CCJ e, em votação secreta no Plenário, aprovou **todos os quatro nomes** por maioria absoluta.

Considerando o Regimento Interno do STM e a sistemática constitucional sobre nomeação de Ministros civis do STM, **julgue os itens a seguir.**

30. A indicação da Doutora Luciana não é válida, pois a exigência de “notório saber jurídico e conduta

ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional” atende com 12 anos de atuação na advocacia, mas não possui idade mínima para o cargo.

31. Tendo em vista o limite constitucional de 75 anos para a aposentadoria compulsória de magistrados, o Presidente da República pode nomear para vaga civil do STM advogado com 74 anos de idade, desde que o exercício efetivo da função não ultrapasse um ano antes da compulsória.

**LEI Nº 8.112/1990 (REGIME JURÍDICO ÚNICO).  
LEI Nº 9.784/1999 (PROCESSO  
ADMINISTRATIVO). LEI Nº 11.416/2006  
(CARREIRAS DO PODER JUDICIÁRIO)**

*Fabiano Pereira*

32. De acordo com a Lei nº 8.112/1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, julgue o item a seguir.

Após se aposentar, o agente público fica livre das sanções previstas no conjunto de normas disciplinares estipulado pela Lei nº 8.112/1990.

33. De acordo com a Lei nº 8.112/1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, julgue o item a seguir.

No contexto da prescrição aplicada à ação disciplinar, a Lei nº 8.112/1990 determina que o início de um processo disciplinar suspende a contagem do prazo prescricional, permanecendo assim até que seja emitida a decisão definitiva pela autoridade competente.

**34.** De acordo com a Lei nº 8.112/1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, julgue o item a seguir.

No que se refere ao processo administrativo disciplinar, a Lei nº 8.112/90 estabelece que é obrigatória a instauração de processo disciplinar sempre que o ilícito praticado pelo servidor ensejar a imposição de penalidade de suspensão por mais de 30 dias.

**35.** Segundo a Lei nº 9.784/1999 – Lei de Processo Administrativo – julgue o item a seguir.

No âmbito do processo administrativo, será seguido, entre outros princípios, o de impulso procedimental pela iniciativa dos interessados, sendo proibida a tramitação automática por iniciativa exclusiva da Administração Pública.

**36.** Segundo a Lei nº 9.784/1999 – Lei de Processo Administrativo – julgue o item a seguir.

Têm legitimidade para atuar como interessados no processo administrativo as organizações e as associações representativas, quando se trata de direitos ou interesses difusos.

**37.** Segundo a Lei nº 9.784/1999 – Lei de Processo Administrativo – julgue o item a seguir.

Em situações excepcionais e por razões significativas devidamente fundamentadas, será possível a avocação temporária de competência originalmente designada a uma instância subordinada na hierarquia.

**38.** Conforme dispõe a Lei nº 11.416/2006, julgue o item a seguir.

O Adicional de Qualificação (AQ) será calculado com base no vencimento básico do servidor, aplicando-se os seguintes percentuais: 10% (dez por cento) para portadores de título de Doutor, 12,5% (doze vírgula cinco por cento) para aqueles com título de

Mestre e 7,5% (sete vírgula cinco por cento) para servidores que possuam certificado de Especialização.

**39.** Conforme dispõe a Lei nº 11.416/2006, julgue o item a seguir.

Cada órgão deverá reservar, no mínimo, 80% (oitenta por cento) do total das funções comissionadas para servidores pertencentes às Carreiras dos Quadros de Pessoal do Poder Judiciário da União. As demais funções poderão ser atribuídas a servidores ocupantes de cargos efetivos que não integrem essas carreiras ou a titulares de empregos públicos, desde que atendam aos critérios de qualificação e experiência estabelecidos em regulamento.

### **RESOLUÇÃO DO CNJ Nº 351/2020**

*Tiago Zanolla*

**40.** Configura assédio moral, para fins da Resolução n.º 351/2020, toda e qualquer conduta abusiva que degrade relações socioprofissionais, desde que o agente atue com intenção inequívoca de causar dano à vítima.

**41.** A Resolução CNJ n.º 351/2020 admite o recebimento de denúncia anônima de assédio moral, desde que o canal institucional assegure a confidencialidade dos dados eventualmente fornecidos pela pessoa denunciante.

**42.** Tribunais classificados pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias como “de pequeno porte” não são obrigados a instituir Comissão de Prevenção e Enfrentamento de Assédio e Discriminação, mas, caso optem por criá-la, devem fazê-lo no mesmo prazo máximo de 45 dias previsto para os demais tribunais.

**43.** Para atender ao critério de “diversidade de gênero”, a Presidência do tribunal deve, obrigatoriamente, indicar ao menos uma mulher e uma pessoa da população LGBTQIA+ para cada comissão constituída, sob pena de nulidade da instalação.

### **RESOLUÇÃO DO CNJ Nº 400/2021**

*André Rocha*

Sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário disposta pela Resolução CNJ nº 400/2021, julgue as assertivas a seguir.

**44.** Os órgãos do Poder Judiciário devem adotar medidas para a elaboração de inventário, redução e compensação de emissões de gases de efeito estufa (GEE) resultantes de seu funcionamento com a finalidade de alcançar a neutralidade de carbono até o ano de 2030.

**45.** Uma das competências da comissão gestora é a de elaborar o Plano de Logística Sustentável (PLS) em conjunto com as unidades gestoras responsáveis pela execução do PLS.

### **RESOLUÇÃO DO CNJ Nº 401/2021**

*Ricardo Torques*

**46.** Considerando a Resolução nº 401, de 16 de junho de 2021, que dispõe sobre o desenvolvimento de diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário, julgue o item que se segue.

A implementação de medidas que visem à promoção da acessibilidade e inclusão tem como premissas a adoção da adaptação razoável, como regra geral, e do desenho universal, quando justificável.

**47.** Considerando a Resolução nº 401, de 16 de junho de 2021, que dispõe sobre o desenvolvimento de diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário, julgue o item que se segue.

Nos concursos do Poder Judiciário, é vedado o estabelecimento de qualquer espécie de cláusula de barreira para os candidatos enquadrados como pessoas com deficiência, bastando o alcance de nota 20% inferior à nota mínima estabelecida para aprovação dos candidatos da ampla concorrência, ou nota 6,0 para os concursos da magistratura, para que sejam admitidos nas fases subsequentes.

### **ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO**

*Rodrigo Bet*

**48.** As organizações possuem valores éticos que orientam suas ações, decisões e cultura organizacional.

Acerca da Lei nº 8.429/1992 e suas alterações e atos de improbidade administrativa, julgue os itens abaixo.

**49.** Não configura improbidade a ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, ainda que não pacificada, mesmo que não venha a ser posteriormente prevalecente nas decisões dos órgãos de controle ou dos tribunais do Poder Judiciário.

**50.** As disposições da Lei nº 8.429/1992, que trata dos atos de improbidade, aplicam-se, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra culposa e intencionalmente para a prática do ato de improbidade.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****DIREITO CONSTITUCIONAL***Adriane Fauth*

51. “A República Federativa do Brasil é uma autoridade que não pode ser limitada por nenhum outro poder, salvo, naturalmente, as restrições que decorrem dos imperativos de convivência pacífica dos Estados soberanos no plano do direito internacional.” O referido conceito reflete o pluralismo político, que é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil.

52. Indivíduos que possuem mais de uma nacionalidade são chamados de multinacionais, polipátridas ou heimatlos.

**Gabarito: Errado**

**Comentário:** Heimatlos é sinônimo de apátrida, ou seja, aquele indivíduo que não possui nacionalidade.

53. É competência privativa do Senado Federal resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

54. O Tribunal de Contas da União será integrado por nove Ministros, entre os quais dois terços serão indicados pelo Presidente da República.

55. O poder judiciário possui garantia de natureza orgânico-administrativa, dessa forma, podem os tribunais superiores, diretamente, alterar o número de membros dos tribunais inferiores.

56. O Ministério Público detém autonomia funcional e administrativa, e pode propor ao Poder Legislativo: a criação e a extinção de cargos, a sua política remuneratória, os seus planos de carreira,

bem como escolher o procurador-geral da República

**DIREITO PENAL MILITAR***Murilo Marques*

**Tendo em vista o Código Penal Militar (CPM), a doutrina e a jurisprudência, julgue os itens que se seguem:**

57. A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.

58. Para o local do crime, o CPM adotou o chamado Sistema Diferenciador. Nesse caso, para os crimes comissivos, aplica-se a teoria da ubiquidade e, para os crimes omissivos, a teoria da atividade.

59. Considerar-se-á desertor o militar que se ausentar, sem licença, da unidade em que serve, ou do lugar em que deve permanecer, por, no mínimo, oito dias.

60. Comente o crime de embriaguez em serviço aquele militar que se embriaga durante o serviço, não sendo considerado delito militar no caso em que o agente somente se apresenta embriagado para o serviço escalado.

61. Para fins de aplicação da Lei penal Militar, as Auditorias Militares são consideradas locais sujeitos à administração militar.

62. O crime de dormir em serviço, além de ser um crime propriamente militar, somente pode ser cometido de forma dolosa.

**DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR***Antônio Pequeno*

Quanto à ação penal militar condenatória na justiça militar, julgue os itens de 63 e 64

**63.** A ação penal militar condenatória é sempre pública, mas a regra constitucional admite a ação penal militar de iniciativa privada subsidiária da pública na ocorrência de inércia do Órgão ministerial.

**64.** Não cabe no Direito Processual Penal Militar a ação penal militar mediante requisição.

**65.** De acordo com o Código de Processo Penal Militar, o prazo para conclusão do inquérito policial militar quando o indiciado estiver solto será de 20 dias.

Quanto à aplicação da Lei Processual Penal Militar, julgue os itens de 66 a 68

**66.** O processo penal militar rege-se pelas normas contidas neste Código, assim em tempo de paz como em tempo de guerra, salvo legislação especial que lhe for estritamente aplicável.

**67.** Nos casos concretos, se houver divergência entre essas normas e as de convenção ou tratado de que o Brasil seja signatário, prevalecerão as últimas.

**68.** Os casos omissos no Código de Processo Penal Militar poderão ser supridos pela doutrina.

**DIREITO ADMINISTRATIVO***Antônio Daud*

Tomando por base os preceitos normativos sobre Acesso à Informação e Dados Pessoais, julgue os itens a seguir.

**69.** Poderá ser negado acesso à informação necessária à tutela administrativa de direitos fundamentais, mas não à tutela judicial.

**70.** A autoridade máxima de cada órgão ou entidade divulgará, em sítio à disposição na internet e destinado à veiculação de dados e informações administrativas, anualmente, relatório estatístico contendo a quantidade de pedidos de informação recebidos, contendo informações específicas sobre cada solicitante.

**71.** É expressamente autorizado o tratamento de dados pessoais sensíveis, a exemplo daqueles relativos à saúde, para exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral.

Tomando por base a disciplina normativa das licitações públicas, julgue os itens a seguir.

**72.** Fundação pública qualificada como agência executiva pode contratar diretamente serviços de manutenção de seus veículos automotores que sejam inferiores a R\$ 200 mil, desde que o somatório da despesa realizada pela unidade gestora, com objetos de mesma natureza, não ultrapasse tal valor no exercício financeiro.

**73.** A utilização do credenciamento é cabível em contratações cujo objeto pertença a mercados fluidos.

**74.** Leilão representa a modalidade de licitação para alienação de bens móveis ou de bens imóveis inservíveis a quem oferecer o maior lance.

**75.** Na busca pela economicidade das contratações de prestação de serviços, a Administração Pública pode definir, como forma de pagamento exclusiva, o reembolso dos salários pagos aos terceirizados.

## **GESTÃO DE CONTRATOS**

*Herbert Almeida*

Suponha que a Prefeitura de determinado município pretenda contratar a execução de uma obra pública cujo valor estimado é de R\$ 300 milhões. Com base nessa situação hipotética e nas disposições da Lei nº 14.133/2021, julgue os itens a seguir.

**76.** A contratação da obra pública em questão poderá ocorrer por meio da modalidade pregão, desde que respeitado o critério de julgamento por menor preço.

**77.** Por se tratar de obra de grande vulto, é obrigatória a inclusão da matriz de alocação de riscos no edital da licitação.

Em 2025, determinado órgão da administração federal deseja contratar consultoria jurídica especializada para defesa em um processo internacional de alto impacto regulatório. Com base nessa situação hipotética e nas disposições da Lei nº 14.133/2021, julgue os itens a seguir.

**78.** É possível a inexigibilidade de licitação, desde que o profissional ou empresa detenha notória especialização e haja inviabilidade de competição.

**79.** Nessa hipótese, é obrigatória a realização de processo licitatório competitivo com critérios objetivos de julgamento.

**80.** Situação hipotética: determinado órgão municipal pretende alienar veículos considerados inservíveis para a administração. Nessa situação, a

modalidade adequada para essa alienação é o leilão, com critério de julgamento de maior lance.

Um órgão da administração federal realizou licitação para contratação de serviços contínuos comuns, em regime de dedicação exclusiva de mão de obra. Foi designado um fiscal do contrato para a fiscalização do ajuste e também foi contratada uma empresa especializada para auxiliar o fiscal no exercício de suas atribuições. Em razão de irregularidades identificadas na execução do contrato, foi determinada a instauração de processo de responsabilização.

Sobre o tema, julgue os itens a seguir.

**81.** Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

**82.** No caso de inadimplência do contratado quanto às obrigações trabalhistas, a administração poderá responder de forma subsidiária, cabendo ao poder público o ônus de provar que não houve omissão no dever de fiscalizar.

**83.** A empresa contratada para auxiliar o fiscal do contrato assumirá responsabilidade civil objetiva pela veracidade e pela precisão das informações prestadas.

**84.** O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

**85.** As infrações administrativas definidas na Lei de Licitações prescrevem no prazo de cinco anos, a contar da ciência da infração pela administração.

Acerca das disposições do Decreto nº 11.462/2023, julgue os itens a seguir.

**86.** Compete exclusivamente ao órgão gerenciador aplicar penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório e no descumprimento das obrigações contratuais, inclusive nas contratações realizadas pelos órgãos participantes.

**87.** O Decreto nº 11.462/2023 admite a aplicação de penalidades tanto por descumprimento da ata quanto por infrações cometidas durante o processo licitatório, sendo que as infrações serão registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf.

## **ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA**

*Luciana Marinho*

**88.** Julgue o item que se segue:

O Plano Plurianual (PPA) é uma lei que define as diretrizes e os objetivos estratégicos de Governo e os programas governamentais, com recursos, indicadores e metas para cada área de atuação. Por ser um planejamento de longo prazo, tem duração de 4 anos.

**89.** Segundo à Constituição Federal, cabe à Lei de Diretrizes Orçamentárias, entre suas competências, tratar sobre as alterações na legislação tributária.

**90.** A emenda parlamentar é o instrumento que permite aos deputados e senadores realizarem alterações no orçamento anual. As emendas individuais impositivas apresentadas ao projeto de

lei orçamentária anual (PLOA) poderão alocar recursos a órgãos ou entidades da administração pública direta ou indireta da União, dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, consórcio público, organização da sociedade civil ou serviço social autônomo. Nesse contexto, de acordo com a Constituição Federal de 1988, as emendas parlamentares individuais, quando apresentadas ao projeto de lei orçamentária anual, serão aprovadas 2,0% da RCL do exercício anterior ao do encaminhamento do projeto, sendo 50% destinados a ações e serviços públicos de saúde.

**91.** Conforme a Lei 4.320/64, a Lei Orçamentária Anual (LOA) não consignará dotações globais destinadas a atender, sem a discriminação necessária, a despesas de pessoal, material e serviços de terceiros. Tal mandamento refere-se ao princípio da especificação.

**92.** O princípio da não vinculação, previsto na Constituição, determina que a receita de imposto não seja vinculada a órgão, fundos ou despesas.

**93.** A técnica orçamentária do orçamento clássico ou tradicional caracteriza-se por considerar as necessidades financeiras das unidades, além de ser dissociado o planejamento do orçamento.

**94.** Com relação ao orçamento público no Brasil, julgue o item subsequente.

O plano plurianual deve estabelecer, de forma nacional, as diretrizes, os objetivos e as metas para as despesas de capital e para as relativas aos programas de duração continuada.

**95.** No que diz respeito ao ciclo orçamentário e ao processo orçamentário, julgue o item seguinte. Cada um dos Poderes da União deve encaminhar ao Poder Legislativo um projeto próprio de plano plurianual, em até quatro meses antes do encerramento do primeiro exercício financeiro do mandato presidencial.

**96.** Com relação aos recursos de acompanhamento e modificação do orçamento governamental, julgue o item subsecutivo.

O crédito adicional constitui dotação isolada da lei orçamentária anual, sendo admitida, entretanto, sua incorporação no crédito orçamentário quando for suplementar ou especial.

**97.** A LRF está se referindo ao princípio do controle quando expõe a necessidade de se prevenir riscos e corrigir desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas.

### **ARQUIVOLOGIA**

*Ricardo Campanario*

**98.** A classificação estrutural leva em conta o local ou departamento nos quais o documento é gerado.

**99.** Ao se avaliar documentos busca-se a presença ou ausência dos valores primário e secundário nos documentos, mas não dos terciários.

**100.** Nos arquivos correntes, embora os documentos não tenham mais alta frequência de uso e consulta, ainda apresentam valor primário.

**101.** De acordo com o Princípio da Proveniência, documentos são produzidos de forma natural e são acumulados ao longo do tempo.

**102.** Documentos de arquivo tem como principal característica o fato de estarem diretamente ligados às atividades e funções da entidade produtora.

**103.** No processo de guarda documental o objetivo deve ser sempre a restauração do documento ao final do processo.

**104.** Nos arquivos correntes, os documentos ficam geralmente armazenados em local centralizado e relativamente distante de seus principais usuários.

**105.** Nos arquivos intermediário, assim como nos arquivos correntes, os documentos ainda apresentam alta frequência de uso e consulta.

### **ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS MATERIAIS**

*Ricardo Campanario*

**106.** São apenas três os critérios a serem negociados com os fornecedores em uma compra eficiente: local de entrega, preço e prazo de entrega.

**107.** O sistema centralizado de compras pode ocasionar pouca uniformidade da qualidade dos materiais comprados.

**108.** O sistema de compras públicas é tão ágil quando o processo de compras em empresas privadas.

**109.** O controle patrimonial se inicia com a incorporação do bem no sistema de controle patrimonial por meio da atividade de tombamento.

**110.** Ao longo do tombamento, além de capturar as informações do bem que será controlado, é prevista a emissão e assinatura de um termo de responsabilidade e, por último, a codificação do bem patrimonial, inclusive com a afixação física de uma placa de controle no bem controlado.

- 111.** Um código de controle patrimonial nunca poderá ser reutilizado após a baixa do bem que o detinha.
- 112.** Estoques são exemplos típicos de ativos imobilizados e, portanto, bens patrimoniais.
- 113.** As principais características do ativo imobilizado, foco principal da gestão patrimonial são: natureza relativamente permanente, devem estar empregados na operação e não podem estar destinados a venda.

## **GESTÃO DE PESSOAS**

*Rodrigo Rennó*

- 114.** No levantamento das necessidades de treinamento (LNT), a análise de tarefas tem o propósito de identificar os conhecimentos, habilidades e atitudes (CHAs) essenciais ao bom desempenho de um cargo, sendo assim fundamental para definir conteúdos específicos de treinamento.
- 115.** O chamado “treinamento de integração” costuma ser destinado aos altos executivos de uma organização que já conhecem bem as rotinas da empresa, mas necessitam evoluir em competências técnicas específicas.
- 116.** De acordo com a teoria ERC (Existência, Relacionamento e Crescimento), de Alderfer, uma necessidade de nível mais elevado pode ser buscada mesmo que as necessidades de nível mais baixo não estejam plenamente satisfeitas, podendo-se inclusive ativar a frustração-regressão caso surjam barreiras em níveis superiores.

- 117.** De acordo com a Teoria da Avaliação Cognitiva, a oferta de recompensas extrínsecas pode, em alguns casos, minar a motivação intrínseca dos colaboradores, pois desloca o foco do prazer de executar a tarefa para o ganho externo associado.
- 118.** Uma das críticas dirigidas à implementação da Gestão por Competências em organizações públicas é a dificuldade em alinhar o mapeamento de competências a aspectos legais e burocráticos, pois a sistemática de carreiras públicas geralmente se baseia em critérios de antiguidade e escolaridade, não contemplando necessariamente a abordagem de competências.
- 119.** O desenvolvimento de competências comportamentais (por exemplo, trabalho em equipe, comunicação e relacionamento) é tipicamente mais complexo do que o desenvolvimento de competências técnicas, pois envolve mudanças de atitude e cultura e não apenas a transmissão de conteúdos instrucionais.
- 120.** Em um projeto de transformação digital, a organização classifica determinadas competências tecnológicas como emergentes, pois essas habilidades se tornarão cada vez mais cruciais para o desempenho futuro, embora no presente sejam secundárias.

## O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.*

*Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

## NÃO É ASSINANTE?

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!*

<http://estrategi.ac/assinaturas>

## CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!*

<http://estrategi.ac/ok1zt0>

---